

O ACERVO DE ARQUITETURA E ENGENHARIA DO ARQUIVO DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE NO RIO DE JANEIRO: fontes para a história da saúde pública e da assistência médica previdenciária no Brasil.

The architectural and engineering documents of the Arquivo da Superintendência Estadual of the Ministério da Saúde in Rio de Janeiro city: sources for the Brazilian public health and the Brazilian Social Security Assistance

Maurício Correa Porfírio | Graduado em arquivologia (UFF), mestrando em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde (COC/FIOCRUZ), arquivista do Ministério da Saúde, Rio de Janeiro-RJ-Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9830078979766452>. E-mail: correaporfirio.mc@gmail.com.br

Renato da Gama-Rosa Costa | Arquiteto e urbanista, Doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pós-doutor pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, professor do Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde (COC/FIOCRUZ), Rio de Janeiro- RJ-Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6825543540488486>. E-mail: renato.gamarosa@fiocruz.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2569-0912>

Paulo Roberto Elian dos Santos | Doutor em história (USP), pesquisador do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro-RJ-Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3208337271858261>. E-mail: paulo.elian@fiocruz.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1045-4375>

Resumo

Apresenta os resultados preliminares de pesquisa sobre o acervo de documentos de arquitetura & engenharia sob a guarda da Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro. Compreende documentos produzidos desde a década de 1930, a partir da constituição do Ministério da Educação e Saúde Pública, passando pela separação das pastas em ministérios próprios, em 1953, até o período mais recente (anos 2000). Localizado em 2017, em mapotecas do Serviço de Logística Administrativa (SELOA/RJ), foi submetido a organização arquivística que incluiu a identificação preliminar por edificações e pesquisa na legislação com o objetivo de reconstituir funções e atividades dos órgãos produtores e garantir seu controle intelectual e físico. A metodologia incluiu ainda pesquisa bibliográfica sobre tratamento de arquivos desta natureza. A preservação e difusão deste acervo potencializa futuros estudos na perspectiva da arquitetura em saúde, e vem se somar a outras coleções que contribuem para a compreensão da história da assistência médica previdenciária na capital federal desde a década de 1930, e da dinâmica que marcou a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), na década de 1990.

Palavras-chave: Acervo de arquitetura e engenharia. Assistência previdenciária. Ministério da Saúde. Organização de arquivos. Saúde pública.

Abstract

This paper presents the preliminary research findings on the architectural and engineering documents under the custody of the Superintendência Estadual of the Ministério da Saúde (SEMS/RJ) in Rio de Janeiro city. It comprises documents produced since the 1930s, from the beginning of the Ministério da Educação e da Saúde Pública, through the moment it split up into two distinct ministries, in 1953, to the most recent

period (2000s). These archives, discovered in 2017 in the map collections of the Serviço de Logística Administrativa (SELOA/RJ), were arranged according to archival principles, which included a preliminary identification of the documents by buildings and research on legislation. This research aimed to reconstitute the original institutions' functions and activities and to ensure the intellectual and physical control of the collection. The methodology also included bibliographic research on the archival processing of these kinds of archives. This collection's preservation and public programming enhance future studies on health architecture. Furthermore, they complement other archival collections that help to understand the history of social security medical assistance in the federal capital since the 1930s and the dynamics under the implementation of the Sistema Único de Saúde (SUS) in the 1990s.

Keywords: Architecture and engineering documents. Social security assistance. Ministry of Health. Archival arrangement. Public Health.

Introdução

Nas duas últimas décadas, a historiografia sobre a história da saúde no Brasil tem contado com importantes contribuições provenientes de pesquisas sobre a história dos hospitais e da arquitetura hospitalar (COSTA, 2008, 2011; AMORA; COSTA, 2019). Conduzidas em grande parte por arquitetos e urbanistas, mas também por historiadores, tais investigações têm desvelado fontes documentais de arquivo e percorrido os campos da história, da memória e do patrimônio cultural.¹

O objetivo deste artigo² é abordar aspectos arquivísticos e históricos do acervo, constituído por documentos de arquitetura e engenharia, pertencente ao Arquivo Administrativo (SELOA/RJ) da Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro (SEMS/RJ). O acervo compreende documentos produzidos entre as décadas 1930 e 2000, qual seja, desde a constituição do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), em 1930, passando pela separação das pastas em ministérios próprios, em 1953, até o período mais recente.

Acondicionado de forma bastante precária em mapotecas do Serviço de Atividades Gerais, Material e Patrimônio/RJ (SAMAP/RJ), atual Serviço de Logística Administrativa (SELOA/RJ) da representação do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro, o acervo foi localizado em 2017, e em seguida submetido a um tratamento emergencial de conservação preventiva com acondicionamento provisório em mapotecas e caixas, de forma a evitar a umidade e o excesso de impregnação com poeira e fuligem, e de identificação. Nesse processo, buscou-se identificar o órgão produtor, a edificação objeto da intervenção arquitetônica e/ou de engenharia e a espécie/tipo documental, de forma a garantir condições mínimas de controle intelectual e físico, antes de seu possível recolhimento ao Arquivo Nacional, responsável pela gestão de documentos da administração pública federal³. Mais adiante, abordaremos esta etapa de identificação dos documentos.

A preservação e difusão deste acervo arquivístico potencializa futuras pesquisas na perspectiva da arquitetura em saúde e vem se somar a outros acervos que constituem matéria primordial para a compreensão da trajetória histórica da assistência médica previdenciária na capital federal desde a década de 1930, da

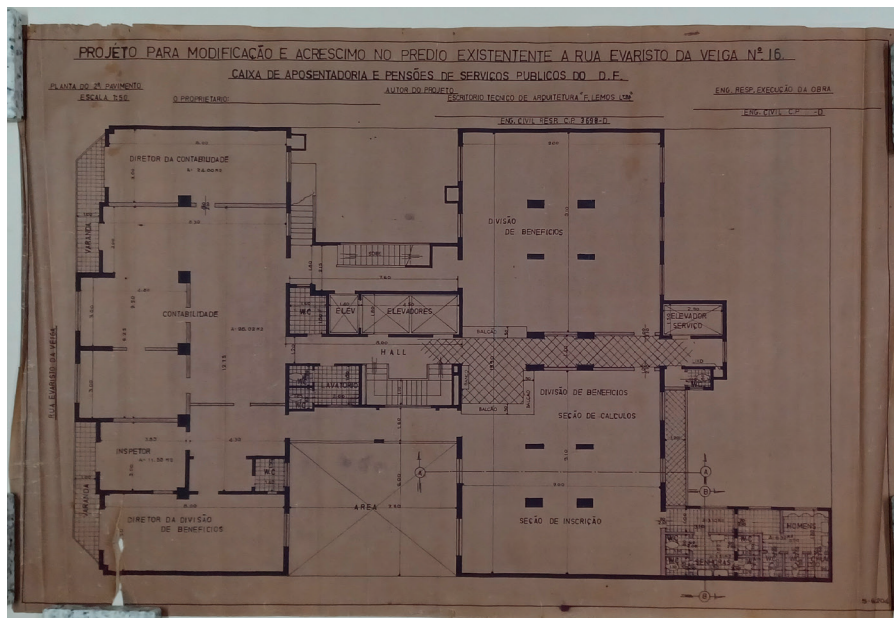
¹ Iniciativa liderada pela Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, sob a coordenação dos pesquisadores Gisele Sanglard e Renato da Gama-Rosa Costa, a Coleção História & Patrimônio Cultural, resultou na publicação de quatro livros intitulados 'História da saúde: instituições e patrimônio arquitetônico' com capítulos dedicados aos estados da Bahia, Minas Gerais, Santa Catarina e São Paulo. As obras foram publicadas pelas editoras Manole e Fiocruz, entre 2011 e 2012.

² O artigo apresenta os resultados iniciais de uma pesquisa que pretende analisar os documentos de arquitetura vinculados ao campo da previdência e da saúde pública, sob a guarda do Ministério da Saúde, e adotar uma abordagem arquivística de forma a revelar seu contexto institucional de produção e seu potencial como fontes para a historiografia sobre história da saúde no Brasil.

³ As informações aqui contidas foram extraídas do *Relatório Organização do Acervo Documental de Arquitetura & Engenharia e de Cartografia da Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro (SEMS/RJ)*, (BRASIL, 2022), fruto do trabalho de identificação, organização e descrição documental realizado no ano de 2022, e que também resultou no catálogo dos fundos. Este trabalho foi realizado pela equipe do Arquivo SELOA/RJ (antigo Arquivo SAMAP/RJ) em 2022: Maurício Correa Porfirio, servidor federal, arquivista (UFF/2005); Camila Miranda Jesus Tenreiro, graduada em história (UFRJ/2021) e Victor Hugo Barbosa de Santana – estagiário de história pela UFRJ.

dinâmica que marcou os processos de vinculação do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) ao Ministério da Saúde e da implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), a partir da década de 1990.

FIGURA 01: Planta de Arquitetura: PAM 13 de maio, Centro, Rio de Janeiro – RJ. Edifício situado na Rua Evaristo da Veiga, 16, Caixa de Aposentadoria e Pensões de Serviços Públicos do Distrito Federal/RJ (CAPSP-DF); Ano: sem data, Local: Centro – Rio de Janeiro.



FONTE: Acervo de arquitetura e engenharia Estadual da Superintendência do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro (SEMS/RJ), FP 03.

O artigo está dividido em três partes. Na primeira, pretende-se apresentar o contexto de produção e a história arquivística do acervo, de forma articulada a trajetória dos órgãos produtores. Na segunda parte, apresentaremos os procedimentos técnicos aplicados no tratamento arquivístico e um estudo inicial das espécies e tipologias documentais encontradas no arquivo. Na terceira parte, a análise irá deter-se nas possibilidades de pesquisa historiográfica que tal acervo pode proporcionar. Por fim, algumas considerações que apontam para os desdobramentos da pesquisa e os resultados pretendidos.

O acervo: contexto de produção e história arquivística

O movimento revolucionário de outubro de 1930 que conduziu o civil Getúlio Vargas ao poder, marcou o fim da Primeira República no Brasil. Mudanças políticas, sociais e econômicas significativas tiveram lugar na sociedade brasileira no pós-30, entre elas a organização do Estado Nacional, forte e centralizador. Em novembro de 1930, após a instituição do Governo Provisório (1930-1934), o presidente Getúlio Vargas anunciou a criação de dois novos ministérios: o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) que absorveriam órgãos de diferentes ministérios. Ao final do ano já estavam delineadas as principais preocupações de Vargas no tocante à reforma administrativa que teria lugar nos primeiros anos de seu governo: de um lado, fortalecer a organização administrativa federal, tomando como base os setores do trabalho e da saúde; de outro, introduzir medidas de racionalização administrativa, visando a obtenção de maior economia e eficiência (SANTOS, 2018).

Na visão de Wahrlich (1983), o Governo Provisório (1930-1934) empreendeu significativas reformas no setor social da administração pública, especialmente no que se referia ao amparo e proteção ao trabalho. Sob a gestão do MTIC ficaram os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) criados na década de 1930,

alguns sob o marco legal da Constituição de 1934. O empreendimento no campo social seria complementado com o MESP que unificaria inúmeros serviços voltados à instrução e à assistência sanitária, e abrigaria tudo que dissesse respeito à saúde da população e que não se encontrasse na área de cobertura da medicina previdenciária (FONSECA, 2008).

Na primeira fase do processo de tratamento arquivístico do acervo sob a guarda do Arquivo Administrativo (SELOA/RJ) da Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro (SEMS/RJ), foi realizada a atividade de levantamento da legislação que definiu a criação e extinção dos órgãos da administração pública, e nos permitiu traçar um quadro das diferentes origens do nosso objeto de estudo.

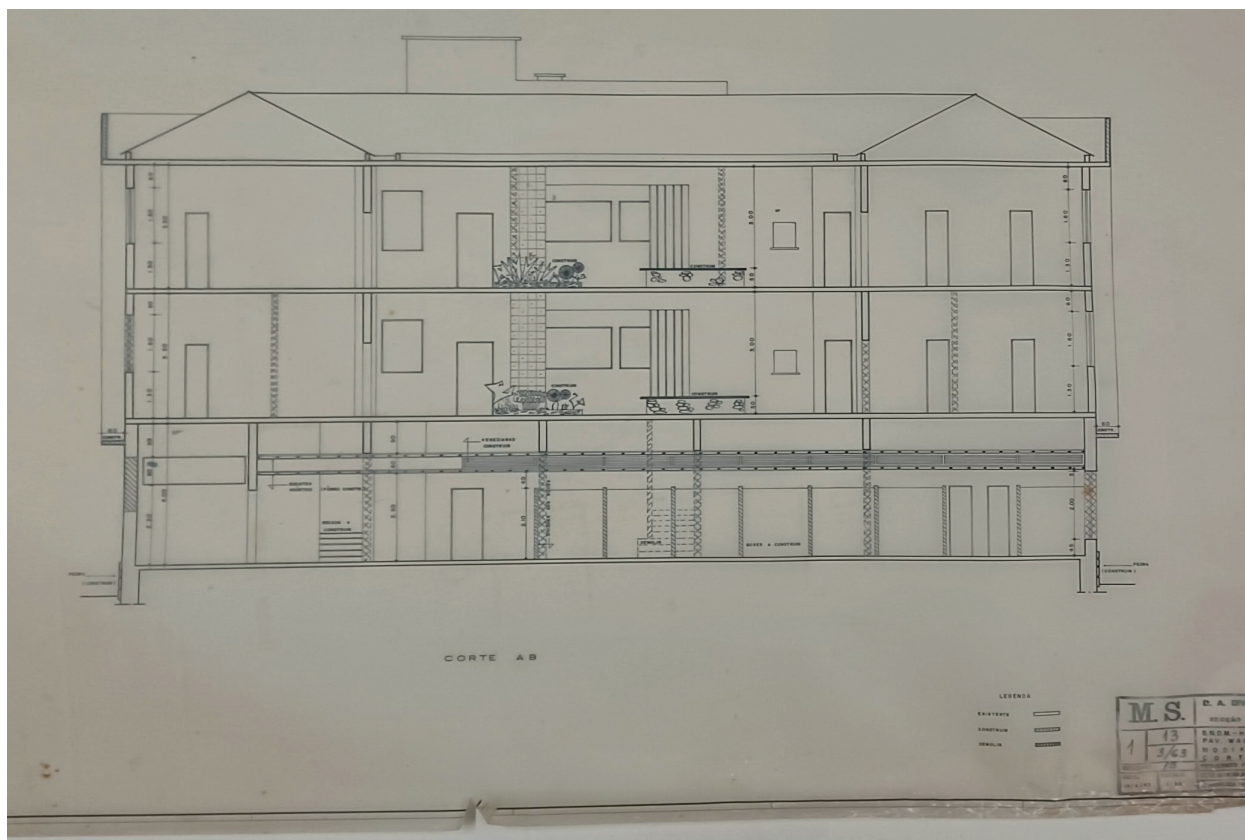
Quadro 1 - Instituições que deram origem ao acervo

INSTITUIÇÃO	CRIAÇÃO	EXTINÇÃO
Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários (IAPB)	1934 (Dec. N. 24.615, de 8/7/1934)	1966 (Decreto-Lei n° 72, de 21/11/1966)
Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI)	1936 (Lei n° 367, de 31/12/1936)	1966 (Decreto-Lei n° 72, de 21/11/1966)
Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos (IAPM)	1933	1966 (Decreto-Lei n° 72, de 21/11/1966)
Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciantes (IAPC)	1934 (Dec. N. 24.273, 22/05/1934)	1966 (Decreto-Lei n° 72, de 21/11/1966)
Instituto de Pensões e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE)	1938 (Decreto-Lei n° 288 de 23/02/1938)	1977 (Lei n. 6.439 de 01/09/1977)
Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC)	1938 (Decreto-Lei n° 651, de 26/8/1938)	1966 (Decreto-Lei n° 72, de 21/11/1966)
Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos (CAPFESP)	1953 (Decreto n° 34.586, de 12/11/1953)	1960 (Lei n° 3.807 de 26/08/1960)
Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviço Público (IAPFESP)	1960 (Lei n° 3.807, de 26/08/1960)	1966 (Lei 72 de 21/11/1966)
Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)	1966 (Decreto-Lei n° 72 de 21/11/1966)	1990 (Dec. 99.350 de 27/6/1990)
Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL)	1963 (Dec. n° 53.154 de 10/12/1963)	2011
Instituto de Administração Financeira da Previdência Social (IAPAS)	1977 (Lei n° 6.439, de 01/09/1977 (artigo 3°))	1990 (Lei 8.029, de 12/04//1990 (artigo n° 14))
Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS)	1977 (Lei N. 6.439 de 1°/9/1977)	1993 (Lei n. 8.689 de 27/7/1993)
Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS)	1977 (Lei n° 6.439 de 01/09/1977 (art. 1°))	1990 (Lei 8.029, de 12/04//1990 (art. n° 14))
Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde/RJ (SUDS/RJ)	1987 (Decreto n° 94.657, de 20/07/1987)	Constituição Federal de 1988*
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	1990 (Dec. 99.350 de 27/6/1990)	=====

Fontes: MAPA – Memória da administração pública brasileira; Relatório Organização do Acervo Documental de Arquitetura e Engenharia e de Cartografia da Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro (SEMS/RJ).

* Oficialmente extinto pela Constituição, permaneceu até 1993, em um período de transição.

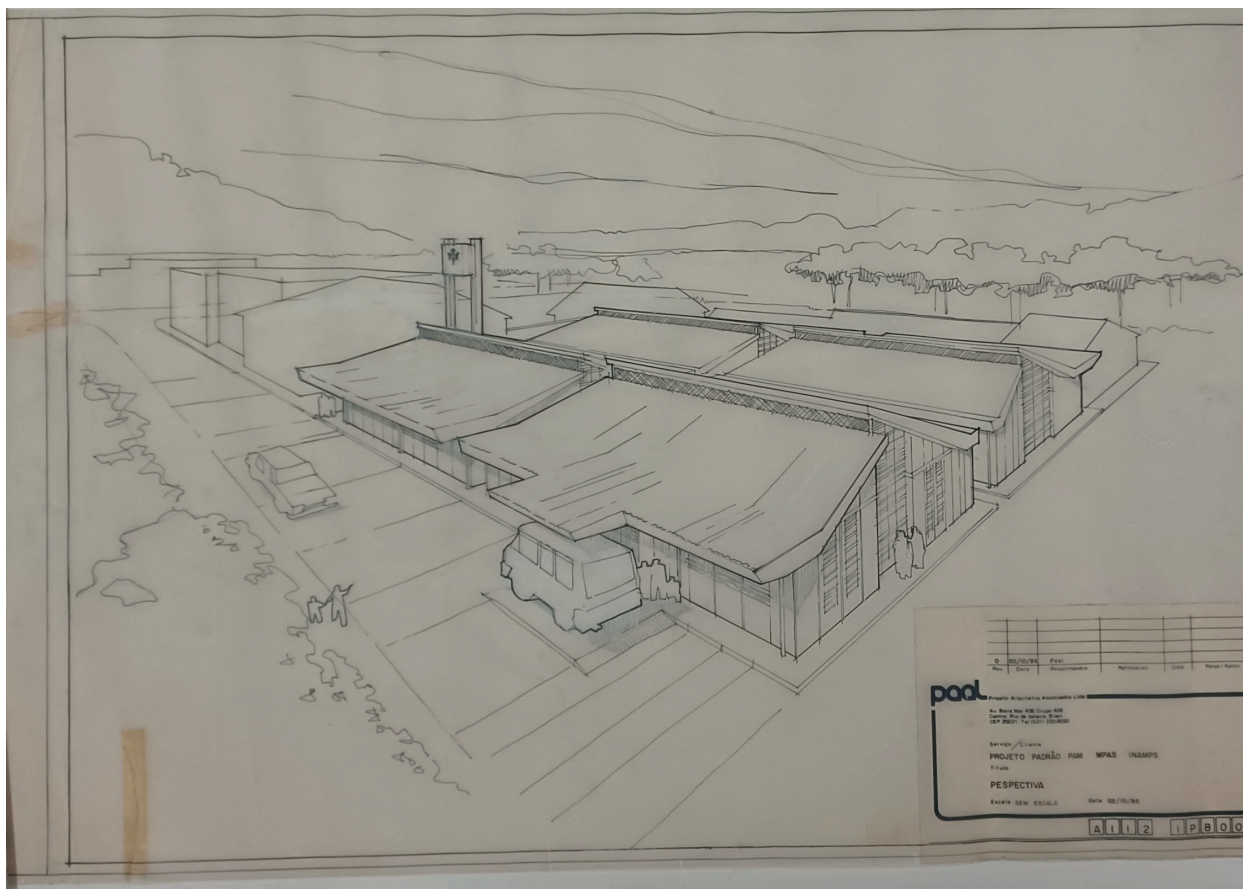
FIGURA 02: Planta de Arquitetura: Instituto Phillippe Pinel; Hospital Pinel,
Ano: 1963, Local: Botafogo, Rio de Janeiro- RJ.



FONTE: Acervo de arquitetura e engenharia da Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro (SEMS/RJ), FP 05.

De posse do levantamento legislativo, operou-se a identificação preliminar dos documentos, que nos permitiu estabelecer um quadro aproximado de sua proveniência. A parcela mais significativa, cerca de 55% dos documentos, têm origem na saúde previdenciária representada pelas Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) e os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) que foram absorvidos nas décadas de 1960 e 1970, pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS), respectivamente. Este último, em 1993, transferiu seus arquivos, pessoal, bens móveis e edifícios administrativos e de atenção à saúde, como os hospitais, para o Ministério da Saúde, de forma a integrarem o recém-criado Sistema Único de Saúde (SUS). Uma segunda parcela, cerca de 30%, compreende documentos produzidos por secretarias municipais e estadual de saúde e outros órgãos destas esferas de poder. A celebração de convênios de cooperação e parcerias da União com outros entes federativos era uma das linhas estratégicas da política de saúde pública, e neste sentido é possível encontrar justificativa na custódia destes documentos relacionados à realização de obras em edificações hospitalares no Rio de Janeiro, capital da República até 1960 e um dos principais estados da federação. Um terceiro conjunto, compreende 9% dos documentos que estão vinculados às atividades de gerência que o estado do Rio de Janeiro desempenhou em relação ao Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS/RJ). O Ministério da Saúde e seu antecessor, o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), são responsáveis por 5% de documentos do acervo. Vale aqui mencionar as atividades da Divisão de Obras do MESP que atuou entre 1934 e 1953, e depois até 1977, para o Ministério da Saúde, na construção de edifícios para todo o país, como responsável por elaborar os programas arquitetônicos, os projetos, organizar as especificações e os orçamentos, executar e fiscalizar as obras. (COSTA, 2008, p. 129).

FIGURA 03: Planta de Arquitetura: Projeto Padrão PAM- Posto de Assistência Médica, MPAS/INAMPS. Edifício projetado; Ano: 1986; Local: desconhecido.



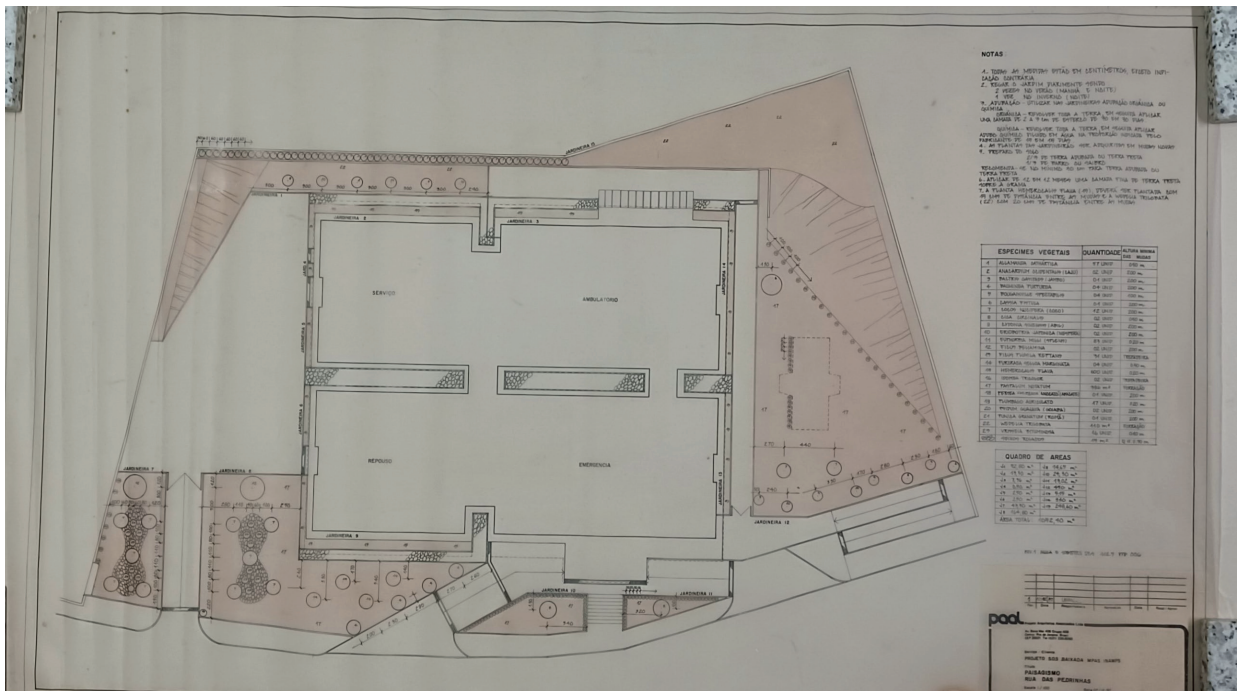
FONTE: Acervo de arquitetura e engenharia da Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro (SEMS/RJ), FP 14.

Por fim, encontramos 1% dos documentos produzidos por instituições filantrópicas e de caridade, também decorrentes de convênios de cooperação. É o caso da Santa Casa de Misericórdia de Andrelândia – MG e do Hospital da Irmandade da Candelária – RJ, este último vinculado ao Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS/RJ).

Os arquivos são formados por conjuntos de documentos que possuem relações orgânicas entre si e com as funções e atividades que lhes deram origem. Neste sentido, é importante registrar que os documentos de arquitetura e engenharia representam uma parcela dos documentos provenientes dos diferentes órgãos criados e extintos desde a década de 1930 e que no início dos anos 1990 foram absorvidos pelo Ministério da Saúde com a institucionalização do Sistema único de Saúde (SUS). Sob a custódia da Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro (SEMS/RJ), encontram-se outros documentos armazenados em três áreas de depósitos: sede da SEMS/RJ, no centro da cidade; depósito cedido pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) no bairro de Bonsucesso, onde hoje encontra-se o acervo de arquitetura e engenharia; e o Arquivo Geral de Realengo, construído no início da década de 1980, que abriga o acervo do Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economizários (SASSE)⁴. É possível afirmar que estes documentos de arquitetura possuem relação com os processos administrativos destinados a cumprir normas legais para controle da atividade de obras e edificações e contêm documentos de diferentes gêneros.

⁴ O Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economizários (SASSE) além de se igualar aos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), teve sua origem no IAPB e vínculo com o Ministério da Fazenda, obtendo na sua criação, transferência de recurso para os seus segurados, que eram funcionários do Conselho Superior e das caixas econômicas Federal e Estaduais.

FIGURA 04: Planta de Arquitetura: Edifícios projetados na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro- RJ. Projeto S.O.S Baixada- MPAS/INAMPS. Edifícios projetados na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro; Ano: 1987, Local: Baixada Fluminense – Rio de Janeiro.



FONTE: Acervo de arquitetura e engenharia da Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro (SEMS/RJ), FP 06.

O acervo: procedimentos técnicos de organização

O acervo de arquitetura e engenharia é formado por 4.612 itens documentais, totalizando cerca de 4.000 metros lineares. Estes documentos são oriundos de projetos de construção, reforma e adaptação de 164 edificações da saúde, como hospitais e sanatórios, majoritariamente do estado do Rio de Janeiro e seus municípios, mas também dos estados de Minas Gerais, Ceará (Fortaleza e Maracanaú), Amazonas (Manaus), Bahia (bairro Roma/São Jorge – Salvador), Mato Grosso (Cuiabá) e Alagoas (Maceió).

Como apontado na primeira parte do artigo, o acervo de arquitetura e engenharia é originário de diferentes órgãos extintos, e não havia sido submetido a nenhum tratamento arquivístico. Neste sentido, houve um grande esforço da equipe de organização da SEMS/RJ para obter informações que auxiliassem na elucidação dos produtores e quais funções representavam. Não havia tampouco instrumentos que identificassem ou descrevessem os documentos.

As atividades de limpeza dos documentos foram de natureza básica (retirada de sujidades e materiais ferrosos) apenas para viabilizar a identificação e descrição arquivística e mitigar o processo de deterioração. Em suporte papel, os documentos de arquitetura identificados possuem desenhos confeccionados em papéis manteiga, vegetal, alcalino e heliográfico. O citado acervo precisará passar por ações de preservação que contemplem atividades de conservação e restauro, assim como de arquivamento por meio de operações de acondicionamento e armazenamento dos documentos, seguindo orientações técnicas⁵.

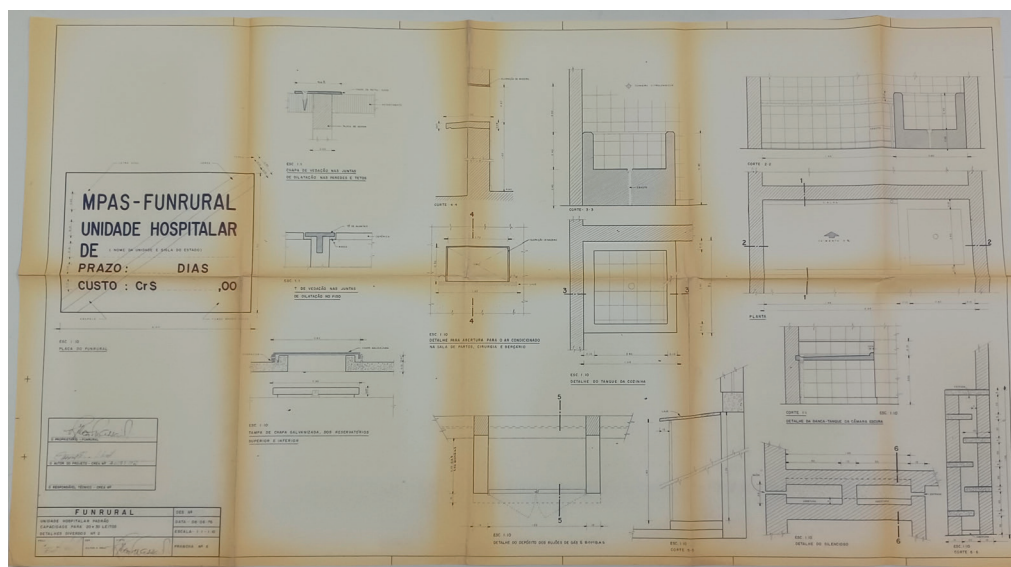
Para obter sucesso na etapa seguinte, cumprida a atividade de higienização, o processo de organização, iniciado em 2022, foi ancorado na atividade de identificação que consistiu no reconhecimento do órgão produtor, da edificação objeto da intervenção arquitetônica e/ou de engenharia e da espécie/tipo documental e datas tópica e crônica, de forma a garantir condições mínimas de controle intelectual e físico.

⁵ O Manual de tratamento de documentos de arquitetura, do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro (2021) é um instrumento de orientação técnica e rigor conceitual que deverá ser utilizado na etapa de conservação do acervo da SEMS/RJ.

No Brasil, há cerca de duas décadas, os estudos de identificação de tipologia documental vêm sendo aplicados na gestão de documentos de arquivo⁶. Rodrigues (2013, 2020) é uma das autoras que advogam a identificação como uma metodologia de pesquisa arquivística, uma tarefa de natureza intelectual sobre o documento e sua ligação ao órgão produtor, capaz de fundamentar as funções que sustentam um programa de gestão de documentos e de arquivos. A mesma autora, afirma que a etapa da identificação de tipologia documental encontra na abordagem da Diplomática, em sua perspectiva clássica e contemporânea, seus fundamentos teóricos e metodológicos (RODRIGUES, 2020). Estes estudos, empregados na construção de instrumentos técnicos como planos de classificação e tabelas de temporalidade, também encontram aplicação na organização de acervos de arquitetura presentes em massas documentais acumuladas ou fundos de arquivos pessoais (VIANA; RODRIGUES, 2012, 2023).

Diante da natureza emergencial imposta ao tratamento⁷ do acervo de arquitetura e engenharia sob a responsabilidade do Arquivo Administrativo (SELOA/RJ) da Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro (SEMS/RJ), não foi possível a equipe encarregada sistematizar e aplicar o conjunto de procedimentos técnicos preconizados na metodologia de identificação de tipologia documental em arquivos e, portanto, determinar de forma segura o contexto de produção. Como mencionado anteriormente, o levantamento da legislação para coleta de informações sobre órgãos, funções e atividades que geraram os documentos, se constituiu na primeira fase do trabalho. Em seguida, realizou-se a identificação das edificações e órgãos produtores, por meio da leitura dos documentos (inclusive a legenda) e dos rótulos já existentes, enrolados, envoltos e amarrados nas plantas de arquitetura e engenharia. Desta fase, foi possível identificar as seguintes espécies/tipos documentais: planta de situação; planta de localização; projeto de construção; projeto de instalações hidráulicas; projeto de instalações elétricas; desenhos; perfis; e croquis, entre outros. Em caráter provisório foi elaborado um “Inventário”, organizado por edificações, em razão das dificuldades de determinar a proveniência dos documentos, tal a diversidade de órgãos produtores.

FIGURA 05: Planta de Arquitetura: FUNRURAL- Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural. Projeto de Unidade Hospitalar Padrão, capacidade para 20 e 30 leitos; Ano: 1976, Local: desconhecido.



FONTE: Acervo de arquitetura e engenharia da Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro (SEMS/RJ), FP 139.

⁶ Desde a década de 1980 é possível localizar na literatura brasileira, artigos dedicados ao tema da tipologia documental (BELLOTTO, 1982, 1990). A partir dos anos 2000 estes trabalhos ganham sistematização e ampliam-se no âmbito da pós-graduação. O manual 'Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo', de Heloísa Liberalli Bellotto, publicado pelo Arquivo Público do estado de São Paulo em 2002, pode ser tomado como uma referência na bibliografia brasileira sobre a temática. Com o título de 'Diplomática e tipologia documental em arquivos', o mesmo manual foi publicado em 2008 (2ª edição revista e ampliada) pela Editora Briquet de Lemos. O manual pode ser acessado em https://www.argsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf8.pdf. Ainda sobre a mesma temática, cabe destacar a dissertação de Ana Célia Rodrigues, 'Tipologia documental como parâmetro para a gestão de documentos de arquivos: um manual para o Município de Campo Belo', defendida em 2003, no Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH/USP, sob orientação de Heloísa Liberalli Bellotto.

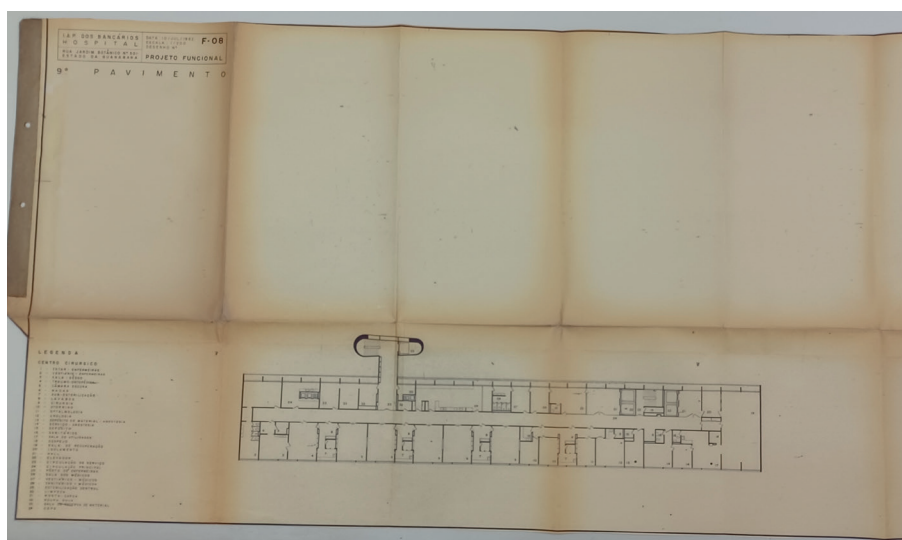
⁷ Para uma descrição detalhada das diferentes fases dos projetos de arquitetura e seus respectivos tipos documentais, ver FERREIRA, 2021.

O trabalho de reconhecimento dos órgãos produtores nos leva à necessidade de definição da proveniência dos documentos e, portanto, dos fundos. O problema complexo em torno da definição dos fundos não se encerra na(s) alternativa(s) apontada(s) no clássico artigo do arquivista francês Duchein (1986)⁸. No caso em tela, podemos acionar os conceitos de herança de fundos ou sucessão arquivística. Em 1977, a lei que institui o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social criou o INAMPS, que passou a concentrar todos os programas e bens relacionados a assistência médica. Como desdobramento, a Portaria n. 1820 de 24/09/1979, transferiu para o INAMPS os hospitais do antigo INPS. No final dos anos 1980, a Constituição Federal de 1988 previu o SUS, que foi efetivamente criado em 1990. No mesmo ano, em outra etapa desse processo de transição, o INAMPS passou a ser vinculado ao Ministério da Saúde e seu serviço passou a ser coberto pelo SUS. Em 1993, a lei que determinou sua extinção também previu o inventário dos bens móveis e do acervo documental que passava à guarda e responsabilidade do Ministério da Saúde. Sob esta perspectiva, é possível adotar o conceito de “sucessão arquivística” atribuindo ao Ministério a condição de órgão acumulador do “patrimônio documental” da assistência médica gerado desde a década de 1930. De qualquer forma, tal análise e decisão deverá caber ao Arquivo Nacional, que após o recolhimento e de posse de instrumentos de natureza conceitual e metodológica, poderá definir a nomeação do(s) fundo(s) e permitir amplo acesso à pesquisa⁹.

Potencialidades para a história da arquitetura em saúde

Este acervo possibilita diversas formas de apreensão de seu conteúdo, a começar pelo mapeamento de estruturação do próprio Ministério da Saúde, desde sua constituição, em 1930, e depois, até 1953, quando esteve associado à pasta da Educação, e, posteriormente individualizado, e assim se encontra até os dias de hoje. A história do Sistema Único de Saúde, e sua vinculação com os Institutos de Aposentadoria e Pensão, e, posteriormente ao INAMPS, também está ali retratada e representada nas inúmeras instituições identificadas, por meio das obras realizadas em suas instalações.

FIGURA 06: Planta de Arquitetura: Hospital dos Bancários – IAPB, atual Hospital da Lagoa, Rio de Janeiro – RJ. Edifício situado na Rua Jardim Botânico, 501; Ano: 1962; Local: Jardim Botânico, Rio de Janeiro- RJ.



FONTE: Acervo de arquitetura e engenharia da Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro (SEMS/RJ), FP 26.

⁸ Na bibliografia brasileira, o capítulo ‘Identificação de fundos’ de Heloísa Bellotto, publicado no seu livro *Arquivos permanentes: tratamento documental*, no início dos anos 1990, é uma referência seminal. Outro texto utilizado pelos arquivistas brasileiros, especialmente depois de sua tradução e publicação em 1986, na *Revista Arquivo & Administração* é ‘O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos’, de Michel Duchein.

⁹ Hoje, em cumprimento à Lei de Acesso à Informação nº 12.527- 18/11/2011, é possível a consulta ao acervo ainda na Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro (SEMS/RJ) especificamente no Arquivo SELOA/RJ, mas somente a nível mais geral, isto é, por edificação, até que seja realizada a descrição de cada item documental e após recolhimento ao Arquivo Nacional.

O acervo em tela traz luz à uma série de questionamentos e reflexões, em que pese a análise da evolução da arquitetura e da engenharia identificada nos espaços de saúde aqui reconhecidos, sobretudo os espaços hospitalares. Trata-se de um acervo que percorre mais de setenta anos de história institucional, um período em que a arquitetura no Brasil, incluindo a arquitetura da saúde, entrava em sua fase madura, tanto pelo ponto de vista da própria estruturação dos serviços públicos, com a criação de diferentes ministérios e suas repartições, quanto da arquitetura em si, a partir do reconhecimento mundial da arquitetura brasileira, e pela consolidação dos espaços de saúde enquanto espaços de cura, assistência e ensino. Os anos 1930 representaram uma virada de chave na concepção dos espaços assistenciais e de saúde: abandonava-se, ao menos para os casos gerais, a estrutura pavilhonar isolada – que ainda permaneceu para as doenças infectocontagiosas, como hanseníase e tuberculose, e mesmo as doenças mentais –, e adotava-se a estrutura de uma edificação única (o monobloco), inserida em pleno coração das cidades e seus bairros.

Se por um lado, o descortinamento da arquitetura brasileira por meio das exposições internacionais, em especial depois da realizada pelo Museu de Arte Moderna de Nova Iorque, em 1943 e a respectiva publicação do catálogo *Brazil Builds*, deu projeção internacional a toda uma geração de arquitetos e urbanistas, por meio da produção ali apresentada, muitas das vezes particular, por outro lado, revelou o papel das equipes que atuavam nas estruturas públicas. A necessidade de se criar equipes próprias nos ministérios nos anos 1930 concebeu uma outra geração de profissionais que se dedicava a construir e reformar edificações públicas por todo o país, cujo acervo, ao menos na área da saúde, pode agora ser em parte apreciado, reconhecido e difundido.

Tal acervo pode revelar as equipes envolvidas nas obras de construção e reforma de tais instituições, quais sejam arquitetos, engenheiros, desenhistas, paisagistas e urbanistas, muitas das vezes eclipsados pela forma de se lidar com tais processos em que os nomes de seus autores raramente estão expressos nas documentações oficiais, restando, muitas das vezes, fracas pistas em forma de carimbo, número de identidade profissional e assinaturas nas plantas e croquis, por vezes ilegíveis.

Costa (2008) e Segawa (2006) já se propuseram a levantar as procedências das equipes que dedicaram sua vida profissional a projetos e obras das instituições públicas, nomeadamente às vinculadas aos ministérios, como os da Fazenda e do Trabalho, mas, sobretudo o da Educação e Saúde. Para Segawa “se a Era Vargas constitui um capítulo fundamental na história do Brasil ainda em desvendamento, pode-se incluir neste campo de investigação em aberto os aspectos relacionados à arquitetura oficial desse período” (SEGAWA, 2006, p. 83).

Sabe-se que os arquitetos e engenheiros envolvidos nas obras e reformas de tais instituições pertenciam a divisões de projetos e obras subordinadas aos seus respectivos ministérios. Hugo Segawa analisou a Divisão de Obras do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e Renato da Gama-Rosa Costa, a Divisão de Obras do Ministério da Educação e Saúde. Ambos procuram compreender o papel de tais divisões, e a importância delas para a história da arquitetura brasileira, em sua maioria voltada para a trajetória dos arquitetos de grande repercussão na historiografia de nosso país. Independente de estilos e linguagens, essas equipes de profissionais, que em sua maioria permanecem invisíveis, participaram de uma intensa atividade construtiva no país, num momento em que a arquitetura brasileira procurava firmar sua identidade entre a tradição e a modernidade. Esse investimento resultou em espaços que ainda conformam a arquitetura das cidades brasileiras, e no caso do acervo aqui apresentado, das cidades fluminenses, em sua grande maioria. Por fim, tal acervo nos fará perceber o quanto a arquitetura ali expressa atendia a uma arquitetura dita “oficial” ou “estatal”, e que arquitetura era essa.

Considerações Finais

No Brasil, a gestão de documentos no nível federal, desde 2003, é orientada pelas políticas e ações definidas no âmbito do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal (SIGA), sob a coordenação do Arquivo Nacional. Uma das linhas de ação que deveria ser estimulada na esfera do sistema é a institucionalização e fortalecimento dos serviços arquivísticos nos diferentes órgãos do Poder Executivo Federal, em grande parte sediados em Brasília. Contudo, na condição de antiga capital da República, o Rio de Janeiro ainda abriga inúmeras instituições federais e representações dos ministérios que aqui permaneceram em razão de diferentes fatores¹⁰. O Ministério da Saúde possui em Brasília a Coordenação de Gestão de Documentos (COGD) que supervisiona e orienta os trabalhos de tratamento dos arquivos sob a guarda da Superintendência Estadual e responsabilidade de uma equipe técnica.

O projeto de organização do acervo de arquitetura e engenharia sob a guarda do Arquivo da Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro, teve o mérito de recuperar um conjunto documental submerso em uma massa documental acumulada que necessitava de tratamento arquivístico. Tal iniciativa lançou as bases para o seu conhecimento público. Muitos dos documentos ali mantidos possuem interesse para a pesquisa histórica e certamente serão analisados por estudiosos nas próximas décadas.

A partir de uma análise das plantas de arquitetura e engenharia, comparadas às biografias de engenheiros e arquitetos que trabalharam na administração pública, será possível identificar os perfis dos profissionais que atuaram na elaboração, fiscalização e acompanhamento das obras que transformaram o cenário urbano, seja na instância do antigo Distrito Federal/RJ, do estado da Guanabara e no estado do Rio de Janeiro e seus municípios. Portanto, será possível traçar as redes de sociabilidades desses profissionais e quais tipos de relações possuíram com as construções urbanas que planejaram.

Trata-se de documentação de valor cultural e histórico, pertencente ao patrimônio documental brasileiro, que estava oculta à comunidade acadêmica e a sociedade brasileira. Sua diversidade institucional e temporal, cobrindo as décadas de 1930 a 1990, reativa parcela da memória da saúde brasileira, da arquitetura hospitalar em especial, e da arquitetura brasileira, de forma geral. Com este acervo a história da saúde no Brasil ganha um repositório de fontes de informação para a compreensão e o debate no campo da saúde.

Fontes e Referências

AMORA, Ana M. G. A.; COSTA, Renato da Gama-Rosa. (org.). *A modernidade na arquitetura hospitalar: contribuições para a historiografia*. Rio de Janeiro: programa de Pós-Graduação em Arquitetura – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – PROARQ-FAU-UFRJ, 2019.

Arquivo Nacional. *DIBRATE - Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 2005.

Arquivo Nacional. *NOBRADE - Norma Brasileira de Descrição Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 2006.

BELLOTTO, H. L. *Diplomática e tipologia documental em arquivos*. Brasília: Editora Briquet de Lemos. 2ª edição revista e ampliada, 2008.

BELLOTTO, H. L. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

¹⁰ Calcula-se que no Rio de Janeiro há cerca de 30 unidades hospitalares ligadas à União, entre as quais seis hospitais federais: de Bonsucesso, do Andaraí, da Lagoa, de Ipanema, dos Servidores do Estado e o Cardoso Fontes, em Jacarepaguá. Na cidade estão sediados ainda três institutos nacionais: de Cardiologia (INC), do Câncer (INCA) e de Traumatologia e Ortopedia (INTO). <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/dgh/hospitais-federais>. Acesso em: 02 maio 2023.

- BELLOTTO, H. L. *Tipologia documental em arquivística*. Revista do Arquivo Municipal, (195), p. 9-17, 1982.
- BELLOTTO, H. L. *Tipologia documental em arquivos: novas abordagens*. Arquivo do Município de Rio Claro, 9(1), p. 4-15, 1990.
- BRASIL. *Decreto nº 94.657*, de 20 de julho de 1987. Dispõe sobre a criação do Programa de Desenvolvimento de Sistemas Unificados e Descentralizados de Saúde nos Estados (SUDS), e dá outras providências. Câmara dos Deputados, [2023]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-94657-20-julho-1987-445419-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 08 jan. 2023.
- BRASIL. *Lei nº 8.689*, de 27 de julho de 1993. Dispõe sobre a extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8689.htm. Acesso em: 23 jan. 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Relatório Sobre a Organização do Acervo Documental de Arquitetura & Engenharia e de Cartografia da SEMS/RJ. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Saúde, 2022. Disponível no Processo SEI: 25001.003137/2022-51- Gestão da Informação: Documentação Arquivística- Arranjo e Descrição, 2022.
- COSTA, Renato Gama-Rosa. Arquitetura e saúde no Rio de Janeiro. In: PORTO, Ângela; SANGLARD, Gisele; FONSECA, Maria Rachel Fróes (orgs.). *História da Saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCURZ, 2008. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/37835>, em PDF. Acesso em: 09 maio 2022.
- COSTA, Renato Gama-Rosa. Arquitetura hospitalar em São Paulo. In: Maria Lucia Mott; Gisele Sanglard. (Org.). *História da Saúde em São Paulo: Instituições e Patrimônio Arquitetônico (1808-1958)*. Barueri: Editora Manole; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2011, p. 25-61.
- DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. *Arquivo & Administração*, v. 10-14, n. 2, 1986. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/49818>. Acesso em: 04 maio 2023.
- FERREIRA, Monica Cristina Brunini Frandi. *Manual de tratamento de documentos de arquitetura*. Rio Claro: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, 2021.
- FONSECA, Cristina Maria de Oliveira. Política e saúde: diretrizes nacionais e assistência médica no Distrito Federal no pós-1930. In: PORTO, Ângela; SANGLARD, Gisele; FONSECA, Maria Rachel Fróes (orgs.). *História da Saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCURZ, 2008. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/37835>, em pdf. Acesso em: 30 abril 2023.
- RODRIGUES, A. C. Diplomática como base para a construção do método de identificação do documento de arquivo. *Revista de Fontes*, v. 7, p. 55-77, 2020.
- RODRIGUES, A. C. Identificação como requisito metodológico para a gestão de documentos e acesso a informações na administração pública brasileira. *Ciência da Informação* (online), v. 41, p. 64-80, 2014.
- RODRIGUES, A. C. *Tipologia documental como parâmetro para a gestão de documentos de arquivos: um manual para o Município de Campo Belo* [Dissertação Mestrado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo. 2003. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde25042003-181526/publico/tesaAnaCelia.pdf>, em pdf. Acesso em: 08 de junho de 2023.

SANTOS, P. R. E. A institucionalização da arquivologia no Brasil e a reforma administrativa no primeiro governo Vargas (1935-1945). *Revista Brasileira de História* (Impresso), v. 38, n. 78, p. 121-146, 2018.

SEGAWA, H. Arquitetura na Era Vargas: o avesso da unidade pretendida. In: PESSOA, José et all (org.). *Moderno e Nacional*. Niterói: EDUFF, 2006.

VIANA, C. M.; RODRIGUES, A. C. Documento de arquitetura: gênese e tratamento na perspectiva da tipologia documental. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, v. Extra 1, p. 107-138, 2023.

VIANA, C. M.; RODRIGUES, A. C. Identificação de tipologia documental como metodologia para organização de arquivos de arquitetura. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 5, p. 2-21, 2012.

WAHRLICH, B. M. S. *Reforma administrativa na era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1983.

Recebido em 05 maio 2023.

Aprovado em 29 maio 2023.